

SINDSERV SBC

JORNAL #235

SÃO BERNARDO DO CAMPO | ANO IX | 2025 | GESTÃO EXPERIÊNCIA E COMPROMISSO



FARMA SINDSERV-SBC É INAUGURADA E MARCA A RECONSTRUÇÃO DE UMA CONQUISTA HISTÓRICA DOS SERVIDORES E DAS SERVIDORAS DE SBC

No dia 28 de julho, às 9h, foi inaugurada a Farma SINDSERV-SBC, a nova farmácia do Sindicato dos Servidores Públicos de São Bernardo do Campo, destinada exclusivamente aos servidores e servidoras sindicalizados, conforme estabelece a legislação vigente. O equipamento funcionará de segunda a sexta-feira, das 9h às 19h, no prédio do sindicato, localizado na Rua Caetano Zanela, nº 90, Vila Olga, e oferecerá medicamentos com preços abaixo dos praticados no mercado, com a possibilidade de desconto em folha de pagamento, se assim desejarem. A inauguração foi marcada por muita emoção e comemoração, expressando o sentimento de restauração histórica para uma categoria que, nos últimos anos, viu importantes direitos e benefícios serem desmontados. A abertura da Farma simboliza **resistência, reconstrução e organização coletiva** diante da extinção de um dos maiores patrimônios sociais dos servidores públicos municipais: o IMASF — Instituto Municipal de Assistência à Saúde do Funcionalismo. Criado em 1964 pela Lei Municipal nº 1.258, o IMASF foi uma autarquia que por décadas prestou atendimento médico e farmacêutico

co a milhares de servidores públicos municipais, bem como a seus dependentes. Seu encerramento foi decretado em dezembro de 2021, durante a gestão do então prefeito Orlando Morando, por meio do Decreto nº 21.818, que regulamentou a Lei Municipal nº 6.977, de 1º de julho de 2021, autorizando a extinção do instituto. Entretanto, o desmonte dos serviços destinados ao funcionalismo teve início ainda em 2020. Conforme matéria publicada pelo SINDSERV-SBC em 10 de agosto de 2020¹, em plena pandemia de Covid-19, a administração municipal anunciou a extinção da farmácia e do laboratório de análises clínicas do IMASF, com o apoio da base governista na Câmara Municipal. A retirada desses serviços essenciais, em um dos momentos mais críticos da saúde pública, evidenciou a falta de compromisso da gestão com o cuidado aos servidores e servidoras do serviço público. Diante dessa lacuna, o SINDSERV-SBC assumiu o desafio de reconstruir parte desse atendimento, mobilizando a própria categoria para restabelecer um direito que havia sido perdido. Idealizada ainda na gestão sindical anterior, a proposta foi levada adiante pela atual diretoria,

eleita em outubro de 2024, que concretizou a iniciativa. Para o presidente do sindicato, Dinailton Souza Cerqueira, a inauguração da farmácia representa mais do que uma entrega institucional: "Trata-se da devolução de um direito histórico, construído com o esforço coletivo e com os recursos dos próprios trabalhadores e das próprias trabalhadoras. Essa é a prova de que a luta sindical gera resultados concretos, mesmo diante de desmontes e retrocessos". A Farma SINDSERV-SBC, embora não substitua o IMASF em sua totalidade, significa uma ação concreta de reconstrução, atendendo exclusivamente as servidoras e os servidores sindicalizados. A iniciativa reforça a importância da organização coletiva para a defesa e ampliação de direitos. Espera-se que mais servidores e servidoras se sindicalizem, compreendendo que é por meio da união e mobilização que se torna possível reconquistar e ampliar benefícios essenciais ao funcionalismo.

¹ Link da matéria original:

<https://sindservsbc.org.br/noticias/noticias-do-sindserv/prefeitura-desmonta-farmacia-do-imasf-e-laboratorio-de-atendimento-aoservidor/>



PROGRESSÕES ATRASADAS EM 2025: HÁ DINHEIRO, MAS NÃO ESTÁ SENDO PRIORIDADE POLÍTICA EM SBC

O discurso da “eficiência” e a realidade das progressões atrasadas

Os profissionais do magistério de São Bernardo do Campo seguem aguardando o pagamento das progressões atrasadas – um passivo que é direito conquistado por educadores e educadoras que investiram em suas carreiras com estudos de pós-graduação lato e stricto sensu. Esse investimento reverbera diretamente na qualidade do ensino dos alunos e alunas da rede, mas até agora a atual gestão não apresentou nenhuma previsão para quitar o que é devido. O discurso oficial costuma alardear “eficiência” administrativa e atribuir a responsabilidade à gestão anterior, alegando dívidas acumuladas. Mas a pergunta que não quer calar é: falta dinheiro mesmo ou falta prioridade na política educacional?

Superávit e gastos questionáveis em 2024

Em 2024, a Prefeitura optou por encerrar o ano com superávit nos recursos da Educação ao invés de quitar o passivo das progressões. Acumular saldo, no entanto, não é sinônimo de boa gestão, principalmente quando se trata de verba carimbada. Além disso, recursos destinados à Educação foram usados em compras no mínimo questionáveis: notebooks adquiridos em grande número, cuja real necessidade para os anos iniciais do ensino fundamental é altamente debatida. Para essa faixa etária, há consenso de que o uso de dispositivos individuais deve ser criteriosamente avaliado, considerando os impactos negativos para a concentração e a aprendizagem, para a socialização e o desenvolvimento

infantil. Outros exemplos incluem a aquisição de kits da empresa MindLab e materiais voltados ao programa STEAM, este último comprado no apagar das luzes da gestão anterior. Esses investimentos priorizaram contratos e aquisições sem debate com a rede municipal de ensino e sem serem comprovadamente eficazes ao aprendizado dos alunos e alunas.

Licitações milionárias para materiais pedagógicos

Os dados atuais do Portal da Transparência, dos impostos municipais destinados à educação e dos relatórios do SIOPE (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação) mostram que há recursos suficientes para pagar as progressões atrasadas. Ainda assim, a Prefeitura optou por priorizar a homologação, em abril de 2025, de pregões eletrônicos milionários com registro de preços para eventual aquisição de materiais de apoio pedagógico, cujos valores ainda não foram empenhados. As duas licitações tiveram como empresa vencedora a Aprender Educação Ltda (CNPJ 10.259.928/0001-49), nos seguintes montantes:

- R\$ 26,4 milhões para materiais voltados à inclusão da educação financeira nos anos iniciais (1º ao 5º ano);
- R\$ 36,1 milhões para materiais de apoio à aprendizagem de pensamento computacional para a pré-escola e os anos iniciais.

Modismos sem debate

É fundamental questionar se essas aquisições realmente vão beneficiar a aprendizagem dos alunos e alunas. No caso específico do chamado pensamento computacional, tudo

indica tratar-se de mais uma “velha invenção” da BNCC, criada para abrir novos mercados. Como alerta o professor Valdemar Setzer (IME-USP)¹, basta conhecer conceitos matemáticos já consolidados para perceber que essa abordagem nada mais é do que a renomeação de conteúdos clássicos. Setzer ainda aponta os riscos de impor às crianças, especialmente nos anos iniciais, um raciocínio rígido e empobrecido – o “pensamento maquinal”. Em sua análise, essa metodologia não apresenta benefícios comprovados e reforça a dependência de kits e plataformas digitais, em detrimento de experiências vivas e ricas na escola. A chamada educação financeira também suscita questionamentos: a serviço de quem estará essa proposta? Em quais pressupostos será baseada? Como ela dialoga com conceitos críticos de socialização, subjetivação e qualificação?

O que é prioridade?

Diante desse cenário, cabe perguntar: as escolas foram ouvidas antes da escolha desses materiais? Houve análise criteriosa da Equipe de Orientação Pedagógica para verificar se eles atendem às realidades de cada território? **O sindicato e a comunidade escolar afirmam que estarão atentos e vigilantes ao uso do recurso público destinado à Educação.** “Não aceitaremos que novas aquisições milionárias sejam priorizadas enquanto direitos conquistados seguem ignorados. Escola pública não é espaço para experimentos de mercado, é um direito social que precisa ser respeitado”.

¹ <https://www.ime-usp.br/~vwsetzer/>



SINDSERV-SBC NA LUTA POR DIREITOS E DIGNIDADE: PARTICIPE DO PLEBISCITO POPULAR 2025

O SINDSERV-SBC se soma à mobilização nacional do Plebiscito Popular 2025, iniciativa que vem fortalecendo o exercício democrático e reafirmando a luta por direitos e por uma vida digna para toda a população trabalhadora. Entidades que compõem as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, entre elas a CUT, deram início à consulta pública, que já está com votação aberta desde 1º de julho e segue até setembro, ouvindo a população sobre temas que tocam diretamente a vida de quem trabalha. Entre os temas estão o fim da escala 6x1, a redução da jornada de trabalho sem redução de salário e a isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil, com maior taxa para os super-ricos. É uma pauta de justiça social, que busca corrigir desigualdades históricas e garantir mais tempo e dignidade às famílias trabalhadoras. Para o SINDSERV-SBC, lutar por esses direitos é afirmar um projeto de sindicato cidadão, que entende que a qualidade dos serviços públicos está diretamente ligada ao bem-estar de quem os utiliza e de quem os presta. Lutar pelo fim da jornada exaustiva de 6 dias por 1 de descanso, por exemplo, significa também garantir o direito ao lazer, à cultura e à convivência familiar; que os trabalhadores e trabalhadoras não adoeçam, possam acompanhar seus filhos em consultas de saúde, participar de sua formação e aprendizagens na escola — enfim, que o tempo de viver seja respeitado. O Plebiscito Popular 2025 surge não apenas como instrumento de consulta, mas como ferramenta de denúncia e pressão política. Ele expõe uma realidade gritante: o Congresso Nacional tem sido um espaço de bloqueio sistemático às mudanças populares mais básicas. Nesse cenário, a elite brasileira impõe um projeto de nação que amplia desigualdades — um projeto alheio aos interesses nacionais, em que nossos representantes, eleitos por essa elite rentista, travam qualquer avanço na distribuição de riqueza. O plebiscito revela, assim, com nitidez o conflito de classes: há um Brasil que exige transformação e outro que se agarra a privilégios, custe o que custar à nação. Neste momento em que o país vive as con-

sequências da destruição de direitos trabalhistas e da precarização, a participação popular é essencial. As urnas do plebiscito estarão espalhadas em sindicatos, praças, terminais de transporte, locais de trabalho, escolas, igrejas e outros espaços de circulação pública. Qualquer pessoa pode votar e também se voluntariar para ajudar na coleta de votos. A consulta popular recoloca na agenda nacional temas urgentes, como a justiça tributária: hoje, quem vive de salário paga mais impostos proporcionalmente, enquanto os super-ricos quase não contribuem. Isso aprofunda a desigualdade e sufoca os direitos sociais. O SINDSERV-SBC acredita que, ao defender o plebiscito, defendemos a vida, os direitos e a justiça social. Nossa luta é por um país em que o fundo público seja usado para garantir dignidade ao povo, e não para sustentar os lucros de poucos. Por isso, somos parte ativa dessa mobilização nacional, promovendo o debate nos territórios e nos locais de trabalho. Para mais informações: **plebiscitopopular.org.br** e no Instagram **@plebiscitopopular**.

COLUNA MEGAFONE: O ABSURDO E A IMORALIDADE DA AVALIAÇÃO IMPOSTA EM SBC



Na semana de 4 a 8 de agosto, a Secretaria de Educação de São Bernardo do Campo promoveu, sem qualquer diálogo com a rede, uma avaliação em massa com estudantes das escolas municipais. A ação foi conduzida de forma autoritária, sem considerar os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das unidades, ignorando os docentes e impondo uma lógica de avaliação externa padronizada, voltada mais para o controle estatístico do que para aquilo que constitui, de fato, uma educação com sentido formativo e transformador. Conforme relatos de docentes de diversas unidades escolares, os professores só foram comunicados sobre a aplicação da prova na véspera do processo, na sexta-feira anterior. Já na segunda-feira, as equipes foram surpreendidas com a chegada de aplicadores externos, muitos deles sem qualquer formação na área da educação. Inclusive, alguns desses profissionais procuraram o sindicato ainda na semana anterior, questionando se seriam obrigados a executar a tarefa, por não se reconhecerem nessa função. Para agravar ainda mais o cenário de desorganização, o número de aplicadores enviados foi, em muitas escolas, inferior ao previsto, gerando improvisos, sobrecarga e tensão no ambiente escolar. A gravidade da situação também ficou evidente em mensagens encaminhadas ao sindicato por servidores sindicalizados. Em uma delas, um trabalhador relatou que, inicialmente, foi informado que a avaliação seria aplicada por estudantes de Pedagogia, mas que, diante da dificuldade em compor esse quadro, a Secretaria teria recorrido a profissionais de outras áreas da Prefeitura, sem vínculo com a educação, para entrar em sala de aula. O servidor expressou sua indignação, comparando a situação a permitir que qualquer pessoa, sem formação médica, atenda pacientes em uma unidade de saúde por falta de médicos — o que evidencia a violação do caráter pedagógico e ético do ambiente escolar. Em um caso ainda mais grave, estudantes do 5º ano receberam a prova destinada ao 1º ano, evidenciando o improviso e a falta de cuidado com o processo. Faltaram planejamento, respeito e, sobretudo, coerência pedagógica. Ainda que aparentemente legal, essa medida é imoral em todos os sentidos. Representa um desrespeito à categoria docente, às equipes de gestão escolar e aos próprios estudantes. Avaliar sim, com intencionalidade pedagógica, escuta da rede e compromisso com a formação integral. O que se viu, no entanto, foi o contrário: uma avaliação imposta, alheia à realidade das escolas e orientada por metas que ignoram os sujeitos do processo educativo. A educação pública não pode ser tratada como mercadoria, nem medida por planilhas. O SINDSERV-SBC denuncia esse desmonte e exige respeito às comunidades escolares.

PEC 32: A REFORMA ADMINISTRATIVA QUE AMEAÇA TODOS OS SERVIDORES PÚBLICOS

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32/2020, conhecida como Reforma Administrativa, voltou a tramitar na Câmara dos Deputados com a reativação de um Grupo de Trabalho para analisar seu texto. A medida acende um alerta para servidoras e servidores de todas as esferas, federais, estaduais e municipais, pois representa riscos concretos à estabilidade funcional, aos direitos já conquistados e à própria qualidade dos serviços públicos.

A PEC prevê avaliação de desempenho punitiva, permitindo demissões por “insuficiência” com critérios subjetivos, facilitando perseguições e assédio institucional. Também acaba com conquistas históricas, como adicionais por tempo de serviço, licenças-prêmio, incorporações e promoções automáticas, congelando carreiras e salários.

Além disso, abre espaço para terceirização irrestrita, permitindo que empresas privadas usem a estrutura pública, fragilizando vínculos e sobrecarregando os servidores efetivos. Outro ponto crítico é a concentração de poder nos chefes do Executivo, autorizando extinção de cargos e reorganização de órgãos por decreto, sem aval legislativo.

A União ainda poderá impor “normas gerais” a estados e municípios, restringindo sua autonomia e disseminando a lógica de precarização. Na prática, a PEC 32 aprofundará a privatização dos serviços públicos, replicando o modelo já visto na saúde, em que Organizações Sociais administram unidades com contratos milionários, precarizando vínculos e dificultando o controle social. Isso significa transferência direta dos impostos pagos pela população para interesses privados, re-

duzindo o investimento em serviços essenciais e ampliando desigualdades. O avanço desse modelo, baseado em metas arbitrárias, produtividade e instabilidade, tem levado ao adoecimento físico e mental de servidores, e ameaça à educação, assistência social e outras áreas. A lógica empresarial prioriza números e estatísticas, em detrimento da humanização e do atendimento de qualidade.

O SINDSERV-SBC se soma à mobilização nacional contra a PEC 32, pressionando parlamentares, fortalecendo o diálogo com a sociedade e defendendo que a preservação do serviço público é essencial para a garantia dos direitos de toda a população. Nenhum servidor ou servidora está imune; a resistência deve ser coletiva e urgente. Leia a matéria completa: <https://sindservsbc.org.br>.

ACESSE O SITE DO SINDSERV SBC E CONFIRA TODOS OS CONVÊNIOS DISPONÍVEIS AOS ASSOCIADOS E ASSOCIADAS DO SINDICATO: WWW.SINDSERVSBC.ORG.BR/CONVÊNIOS

TOTALPASS

SEU NOVO BENEFÍCIO DE BEM-ESTAR ESTÁ CHEGANDO! >>>

Prepare-se para explorar as infinitas possibilidades de **cuidado físico e mental** com a TotalPass.

- As melhores academias e estúdios do Brasil
- Parceiros exclusivos para cuidar da sua saúde mental
- Serviços on-line para se manter ativo onde estiver
- Uma mensalidade, sem taxa de adesão ou cancelamento

Todos ansiosos? Porque por aqui, nós estamos.

#VAMOSTOTALIZAR

Fabiana Souza Dayo
PSICÓLOGA
CRP 010.100.000

Psicoterapia individual
Adultos - Idosos - Adolescentes
Grupo terapêutico de Endomulheres

(11) 98635-5787
@psi.fabianasouzadayo
psi.fabianasouza2018@gmail.com

ONLINE

AQUI TEM DESCONTO

SINDSERVSBC

EMPRESA PARCEIRA

Rua Caetano Zanela, 90 - Centro
São Bernardo do Campo - SP
(11) 4345-1444

DESTAQUE

Servidor Municipal de SBC,
conheça o **Empréstimo Consignado**
Santander com a Destaque Negócios

Crédito com aprovação facilitada, taxas
acessíveis e parcelas que cabem no seu bolso.
Atendimento personalizado e com a confiança
de uma grande parceria: Destaque + Santander.

Parcelas fixas: Você começa e termina sabendo exatamente
quanto vai pagar — sem surpresas no final do mês.

Taxas reduzidas: Juros bem menores do que os de cartão de
crédito ou cheque especial.

Sem custos: Use seu crédito com responsabilidade e previsibilidade.

Atendimento transparente: Compare, tire dúvidas e veja como a
Destaque pode ajudar você a contratar com segurança.

Ajude a reorganizar sua vida financeira: Regularize dívidas e
tenha mais tranquilidade no dia a dia.

Desconto em folha: Prático e sem interferir na sua margem
para outros empréstimos.

Correspondente Bancário **Santander**

Estamos prontos para te orientar sobre o empréstimo consignado
Santander, com transparência, agilidade e atendimento personalizado.

Fale com nosso consultor **Wallan Oliveira** e tire todas as suas dúvidas!

(11) 96489-0039

Refúgio das Toninhas

Ubatuba - BRASIL
Capital do SURF

Club de Férias

Colonias, Pousadas, Chalés e Hotéis

gruposelo.com

ASSISTÊNCIA FUNERAL UM BENEFÍCIO GRATUITO
AOS ASSOCIADOS DO SINDSERV
DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

COBERTURA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
E SEM LIMITE DE IDADE

PLANO SEM CREMAÇÃO
R\$ 11,00
MENSAL POR DEPENDENTE

PLANO COM CREMAÇÃO
R\$ 19,00
PARA TITULAR E DEPENDENTE

SINDSERVSBC

SINDSERV: 11.4345 1444
SECRETARIA: 11.94538 2741

ZELO EMPRESAS

CARÊNCIA DE 90 DIAS

UNIODONTO
PAULISTA

ABC CONTÁBIL

ASSESSORIA CONTÁBIL

Serviços

- ✓ Abertura de empresa;
- ✓ Gestão tributária;
- ✓ Assessoria trabalhista;
- ✓ Recuperação tributária;
- ✓ Assessoria contábil;
- ✓ Certificado digital.

(11) 91316-7115 @abccontabil

ACOMPANHE O SINDSERV SBC NAS REDES SOCIAIS E FAÇA PARTE DO NOSSO SINDICATO



FACEBOOK.COM/SINDSERVSBC



@SINDSERVSBC



(11) 94538-2741



INSTAGRAM.COM/SINDSERVSBC



@SINDSERV-SBC



(11) 94538-2741

**INFORMATIVO OFICIAL DO SINDICATO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E AUTÁRQUICOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO | WWW.SINDSERVSBC.ORG.BR • E-MAIL: BOLETIM@SINDSERVSBC.ORG.BR
TELEFONE/FAX: (11) 4345- 1444 • RUA CAETANO ZANELA, 90 - CENTRO - SÃO BERNARDO DO CAMPO - SP | PRESIDENTE:
DINAILTON CERQUEIRA • DIRETORA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO: INES DE CASTILHOS • IMPRESSÃO: GRÁFICA NSA**